

CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ nº 24.068.977/0001-09
NIRE nº 29 3 0003739-7

Endereço: Fazenda Roca de Dentro, S/N, Rod. BR 430, Km 10 - Zona Rural - Bom Jesus da Lapa - BA - 47600-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. ("São Pedro II" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A São Pedro II é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Fotovoltaica São Pedro II, com capacidade instalada de 27,0 MW e garantia física de 8,0 MWm, localizada no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à ENGIE Energia Solar Holding I S.A., uma holding controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e trading de energia elétrica. Opera ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta da Companhia alcançou 37,4 GWh, desempenho 14,4% inferior à observada em 2024, que foi de 43,7 GWh.

O índice de disponibilidade energética interna, considerando-se as indisponibilidades de *trackers* e inversores, em 2025 atingiu 94,75%, 4,71 p.p. superior ao obtido em 2024, de 90,04%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	22.111	19.007	3.104	16%
Lucro bruto	10.931	8.563	2.368	28%
Resultado do serviço (Ebit)	9.750	7.872	1.878	24%
Ebitda (Lajida) ¹	14.457	12.227	2.230	18%
Resultado financeiro	(3.876)	(7.518)	3.642	-48%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.161	(1.345)	4.506	-335%

¹ Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + depreciação

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento foi motivado pela geração de energia em quantidade superior ao ano anterior e consequente acréscimo da quantidade faturada.

EBITDA: o aumento é motivado, principalmente, pelo aumento da receita operacional líquida.

Resultado financeiro: a variação é proveniente, substancialmente, do aumento da renda de aplicações financeiras e pela redução de juros e variação monetária sobre debêntures.

Lucro líquido do exercício: aumento motivado pela combinação dos efeitos anteriormente citados.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2025.

A Administração

CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.
CNPJ Nº 24.068.977/0001-09| NIRE Nº 29 3 0003739-7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	38.345	45.323
Contas a receber de clientes	5	2.821	2.681
Outros ativos circulantes		514	190
		41.680	48.194
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	6	1.106	883
Depósitos vinculados	7	8.308	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		532	532
Outros ativos não circulantes		85	-
		10.031	1.415
Imobilizado	8	103.002	100.610
		113.033	102.025
TOTAL		154.713	150.219
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.651	1.723
Debêntures	11	10.175	9.399
Dividendos	12	752	2.567
Ressarcimentos às distribuidoras	13	16.078	11.414
Outros passivos circulantes		392	379
		30.048	25.482
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	1.959	-
Debêntures	11	93.735	99.127
Provisão para desmobilização	8	3.525	2.734
Outros passivos não circulantes		161	-
		99.380	101.861
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	12		
Capital social		15.858	15.858
Reservas de lucros		9.427	7.018
		25.285	22.876
TOTAL		154.713	150.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.
CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	22.111	19.007
Custos da energia vendida			
Depreciação	8	(4.707)	(4.355)
Serviços de terceiros		(2.624)	(2.895)
Encargos de uso da rede elétrica e conexão		(1.905)	(1.750)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(45)	(25)
Outros		(1.899)	(1.419)
		(11.180)	(10.444)
LUCRO BRUTO		10.931	8.563
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(1.181)	(691)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.750	7.872
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		5.623	3.209
Renda de depósitos vinculados		174	24
Juros e variação monetária sobre debêntures	11	(9.436)	(10.352)
Juros sobre fornecedores		(159)	-
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	8	(119)	(209)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas		41	(190)
		(3.876)	(7.518)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		5.874	354
Imposto de renda e contribuição social correntes	14		
Imposto de renda		(1.928)	(1.191)
Contribuição social		(785)	(508)
		(2.713)	(1.699)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.161	(1.345)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.161	(1.345)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.161	(1.345)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.
CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31.12.2023		15.858	660	7.703	-	24.221
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.345)	(1.345)
- Absorção de prejuízos com reserva de retenção de lucros		-	-	(1.345)	1.345	-
Saldos em 31.12.2024	12	15.858	660	6.358	-	22.876
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.161	3.161
Destinações propostas à AGO:						
- Reserva legal		-	158	-	(158)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(752)	(752)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	2.251	(2.251)	-
Saldos em 31.12.2025	12	15.858	818	8.609	-	25.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.
CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.874	354
Conciliação do lucro com o caixa das operações:		
Depreciação	4.707	4.355
Juros e variação monetária sobre debêntures	9.436	10.352
Juros sobre fornecedores	159	-
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	119	209
Renda de depósitos vinculados	(174)	(24)
Outros	(839)	(5)
Resultado antes dos tributos ajustado	19.282	15.241
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	(140)	(108)
Outros ativos	(1.479)	35
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	218	1.289
Ressarcimentos às distribuidoras	4.664	10.769
Outros passivos	(46)	(970)
Caixa gerado nas operações	22.499	26.256
Pagamentos de juros sobre debêntures	(4.761)	(4.934)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.638)	(1.315)
Caixa líquido das atividades operacionais	16.100	20.007
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado	(3.917)	(380)
Caixa líquido das atividades de investimento	(3.917)	(380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures	(9.291)	(8.545)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(7.303)	(859)
Dividendos pagos	(2.567)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(19.161)	(9.404)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(6.978)	10.223
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	45.323	35.100
Saldo final	38.345	45.323
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(6.978)	10.223

As informações adicionais sobre as transações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas na Nota 17 – Informações complementares ao fluxo de caixa.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.
CNPJ Nº 24.068.977/0001-09 | NIRE Nº 29 3 0003739-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Fotovoltaica São Pedro II S.A. (“São Pedro II” ou “Companhia”), com sede no município de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia (BA), foi constituída em 28.01.2016, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte solares e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Usina Fotovoltaica São Pedro II (“Usina”), a qual está localizada nos municípios de Bom Jesus da Lapa, estado da Bahia (BA) e possui capacidade instalada de 27 MW¹ e garantia física de 8 MW médios. Em 08.11.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio São Pedro, com participação de 50%. O Consórcio São Pedro é responsável pela exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 27.03.2026.

Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Debêntures

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável. Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis definidas pela Aneel.

b.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

b.2) Direito de uso de arrendamentos

Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento e avaliados no que se refere a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

b.3) Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há alteração nos pagamentos futuros motivada por atualizações monetárias ou alteração nas taxas de desconto. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

b.4) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização da Usina são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

c) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

d) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

e) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

f) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

g) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio São Pedro (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

h) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

i) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

(1) Sem correspondente direto nas normas internacionais.

j) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.885	11.754
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	36.460	33.569
	38.345	45.323

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2025 e de 2024 foi de cerca de 99,7% e 99,6% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025, o saldo de R\$ 2.821 (R\$ 2.681 em 31.12.2024) refere-se aos valores vincendos a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), decorrentes da venda de energia no âmbito do leilão de reserva. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais no prazo de 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha R\$ 1.106 (R\$ 883 em 31.12.2024) relativos a processos judiciais de natureza tributária. No exercício de 2019, Solar Barreiras, São Pedro II e São Pedro IV ajuizaram processos no Tribunal de Justiça do estado da Bahia objetivando a suspensão da cobrança do ICMS sobre a parcela da TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição). No processo de São Pedro II e IV, o processo foi julgado procedente a favor das Companhias em dezembro de 2024, tendo transitado em julgado em março de 2025. Com isso, os depósitos dos valores de ICMS controvertidos foram levantados pelas Companhias ao longo do exercício e o processo se encaminha para o encerramento. Já no processo de Solar Barreiras, em dezembro de 2024 a Companhia obteve sentença favorável em primeira instância e, atualmente, aguarda julgamento da apelação interposta pelo Estado da Bahia. A distribuidora (COELBA) levantou os depósitos dos valores de ICMS incontroversos ao longo do exercício, permanecendo depositados os valores controvertidos até a finalização do julgamento (cerca de R\$ 4,5 milhões em dezembro de 2025).

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha depósitos vinculados no montante R\$ 8.308 (não havia saldo registrado em 31.12.2024), referentes a garantias exigidas pelos contratos de debêntures. Tais garantias têm por finalidade assegurar o pagamento do serviço da dívida, bem como das despesas de operação e manutenção. Os depósitos são constituídos pelo valor equivalente a três meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e manutenção, respectivamente.

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Taxa média de depreciação	31.12.2025			31.12.2024
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	3,8%	127.641	(29.423)	98.218	98.507
Edificações e benfeitorias	3,4%	2.275	(525)	1.750	1.826
Direito de uso de arrendamentos	3,9%	2.349	(51)	2.298	-
Móveis e utensílios	6,2%	32	(3)	29	5
Veículos	14,3%	9	(9)	-	-
		132.306	(30.011)	102.295	100.338
Em curso					
		707	-	707	272
		133.013	(30.011)	103.002	100.610

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Direito de Uso de arrendamentos	Outros	Imobilizado em curso	Total
SalDOS em 31.12.2023	104.145	1.845	-	6	-	105.996
Ingressos	-	-	-	-	380	380
Reversão de provisão para desmobilização	(1.411)	-	-	-	-	(1.411)
Transferências	108	-	-	-	(108)	-
Depreciação	(4.335)	(19)	-	(1)	-	(4.355)
SalDOS em 31.12.2024	98.507	1.826	-	5	272	100.610
Ingressos	-	-	-	-	4.904	4.904
Provisão para desmobilização	672	-	-	-	-	672
Remensuração	-	-	2.349	-	-	2.349
Transferências	4.441	-	-	26	(4.469)	(2)
Baixas	(824)	-	-	-	-	(824)
Depreciação	(4.578)	(76)	(51)	(2)	-	(4.707)
SalDOS em 31.12.2025	98.218	1.750	2.298	29	707	103.002

c) Provisão para desmobilização

Em 2019, a Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente é 6,7% baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31.12.2025 era de R\$ 3.525 (R\$ 2.734 em 31.12.2024), a variação do saldo é decorrente de (i) juros e variação monetária de R\$ 119 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 209 em 31.12.2024) e (ii) aumento de R\$ 672 por revisão das premissas e estimativas que compõem o cálculo da provisão em 31.12.2025 (redução de R\$ 1.411 em 31.12.2024).

d) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração da Usina Fotovoltaica São Pedro II, com capacidade instalada de 27 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 02.03.2016.

NOTA 9. FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	2.227	-
Fornecedores de materiais e serviços	1.931	1.584
Encargos de uso da rede elétrica	291	139
Fornecedores de imobilizado	161	-
	4.610	1.723
Passivo circulante	2.651	1.723
Passivo não circulante	1.959	-
	4.610	1.723

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência das debêntures.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para o financiamento.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	$\Delta + 25\%$ (*)	Administração
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(*) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2026. A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos). As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

Debêntures	Saldo em 31.12.2025	Sensibilidade		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
IPCA	103.910	253	(999)	(48)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	103.910	108.526
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(38.345)	(45.323)
Dívida líquida	65.565	63.203
Patrimônio líquido	25.285	22.876
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	2,6	2,8

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2025, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para a dívida com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	2.651	570	570	5.770	9.561
Debêntures	10.175	20.602	22.295	50.838	103.910
	12.826	21.172	22.865	56.608	113.471

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	36.460	33.569
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.885	11.754
Contas a receber de clientes	2.821	2.681
Depósitos judiciais	1.106	883
Depósitos vinculados	8.308	-
	50.580	48.887
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	4.610	1.723
Debêntures	103.910	108.526
Ressarcimentos às distribuidoras	16.078	11.414
	124.598	121.663

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. DEBÊNTURES

a) Mutação das debêntures

	Total
Saldos em 31.12.2023	111.653
Juros e variação monetária	10.352
Amortização do principal	(8.545)
Amortização de juros	(4.934)
Saldos em 31.12.2024	108.526
Juros e variação monetária	9.436
Amortização do principal	(9.291)
Amortização de juros	(4.761)
Saldos em 31.12.2025	103.910
Passivo circulante	10.175
Passivo não circulante	93.735
	103.910

b) Vencimentos das debêntures apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2027	10.098
2028	10.504
2029	10.925
2030	11.370
2031 a 2035	50.838
	93.735

c) Condições contratadas

	Quantidade	Remuneração	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
			Vencimento	Principal e encargos	
1º Emissão - Série 1	113.205	IPCA + 4,40% a.a.	12.2034	Semestral	103.910

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) cessão dos direitos emergentes das autorizações; (ii) cessão de direitos creditórios; (iii) penhor de bens e equipamentos relativos aos projetos; (iv) alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social; e (v) contas reserva em montante equivalente ao próximo pagamento do serviço da dívida.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2025
1º Emissão - Série 1	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ¹ ≥ 1,20	0,84 ²

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

(2) A Escritura de Emissão de Debêntures prevê que o descumprimento do ICSD por 2 anos seguidos ou 3 alternados, num intervalo de 5 anos, é caracterizado como inadimplemento contratual. O exercício de 2024 foi o 1º ano com medição do ICSD abaixo do mínimo.

A Companhia não atingiu, pelo segundo ano consecutivo, o limite mínimo do ICSD estabelecido na escritura de emissão de debêntures, caracterizando inadimplemento contratual. Entretanto, em 2025, os debenturistas, reunidos em AGD, formalizaram que o referido descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado não automático, cuja efetivação dependeria deliberação em AGD.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 e 31.12.2024 era de R\$ 15.858 representado por 1.585.900.442 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas pertencendo à controladora ENGIE Energia Solar Holding II S.A.

b) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado do exercício. No exercício de 2025 a Companhia destinou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$752. Em 2024, a Companhia apurou prejuízo, razão pelo qual não distribuiu dividendos mínimos obrigatórios.

d) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2025, a Administração da Companhia propôs destinar o valor de R\$ 2.251 do lucro do exercício para a reserva de retenção de lucros. Em 31.12.2024, a Companhia apurou um prejuízo de R\$ 1.345, o qual foi absorvido pela reserva de retenção de lucros.

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	22.948	19.727
	22.948	19.727
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(837)	(720)
	22.111	19.007

Em 2025, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 4.494 (R\$ 10.376 em 31.12.2024), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2025, apresentava saldo de R\$ 16.078 no passivo circulante (R\$ 11.414 em 31.12.2024).

Conforme previsto nos contratos firmados de leilão de Energia Reserva, a Companhia realiza o acompanhamento da curva de geração mensal versus a curva mensal prevista em contrato, e reconhece provisão de custo de ressarcimento em caso de geração energética inferior à quantidade mensal contratada, e receita adicional em caso oposto. A valoração do custo é realizada através de multiplicação do preço por 106% se a geração for até 10% abaixo do contrato, e 115% se for abaixo de 90%. A apuração da provisão é realizada ao final de cada ano do contrato (12 meses), resultando em um valor a receber adicional ou um custo a pagar. O valor é atualizado mensalmente ao longo do exercício, e caso a Companhia permaneça com a geração abaixo do volume contratado, irá reconhecer um ressarcimento a pagar. O pagamento é realizado mediante 12 parcelas iguais, diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	22.948	22.948	19.727	19.727
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	1.836	2.754	1.578	2.367
Receita financeira	5.970	5.970	3.282	3.282
Base de cálculo	7.806	8.724	4.860	5.649
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(1.952)	(785)	(1.215)	(508)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	24	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social – resultado	(1.928)	(785)	(1.191)	(508)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Utilização do sistema

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição (CUSD) com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e contrato de conexão com empresas de transmissão. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 43.082.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de operação e manutenção, vigente até março de 2028. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 1.868 para o Consórcio São Pedro.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), em leilão 7º leilão de energia de reserva (LER), de 28.08.2015, pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão, em 31.12.2025, era de R\$ 392.465.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Consórcio São Pedro participa da referida apólice no montante de R\$ 276.230 para danos materiais e R\$ 107.376 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	2025	2024
Fornecedores de imobilizado	161	-
Reversão (provisão) de desmobilização	(672)	1.411
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(1.017)	(604)

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da Central Fotovoltaica São Pedro II S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva
Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo
Contador - CRC SC 038020/O-8



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CENTRAL FOTOVOLTAICA SÃO PEDRO II S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos



Shape the future
with confidence

ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras , inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 27 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O